



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VANESSA VITORIA ALVES DA SILVA

A PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DEFICIENTE AUDITIVA COM
UM ALUNO SURDO DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO
INFANTIL EM BONITO DE SANTA FÉ - PB

CAJAZEIRAS – PB

2024

VANESSA VITORIA ALVES DA SILVA

**A PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DEFICIENTE AUDITIVA COM
UM ALUNO SURDO DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO
INFANTIL EM BONITO DE SANTA FÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras - PB, como requisito para a obtenção do Grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dra. Débia Suenia da Silva Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S586p Silva, Vanessa Vitoria Alves da.
A prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma Instituição Educacional de Ensino Infantil em Bonito de Santa Fé - PB / Vanessa Vitoria Alves da Silva. – Cajazeiras, 2024.
51f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Débia Suenia da Silva Sousa.
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.

1. Educação inclusiva. 2.Professora - deficiente auditiva. 3.Aluno surdo. 4. Educação infantil - Bonito de Santa Fé - Município - Paraíba.
I. Sousa, Débia Suenia da Silva. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 376

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

VANESSA VITORIA ALVES DA SILVA

**A PRÁTICA DOCENTE DE UMA PROFESSORA DEFICIENTE AUDITIVA COM
UM ALUNO SURDO DE UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO
INFANTIL EM BONITO DE SANTA FÉ - PB**

Aprovada em: 13/11/2024

BANCA EXAMINADORA



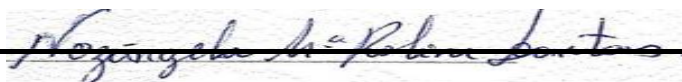
Documento assinado digitalmente

DEBIA SUENIA DA SILVA SOUSA

Data: 17/11/2024 21:29:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Débia Suenia da Silva Sousa (UFCG/CFP/UAE – Orientadora)



Prof.^a Dr.^a Nozângela Maria Rolim Dantas (UFCG/CFP/UAE – Examinadora Titular)



Documento assinado digitalmente

ROZILENE LOPES DE SOUSA ALVES

Data: 17/11/2024 21:08:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rozilene Lopes de Sousa (UFCG/CFP/UAE – Examinadora Titular)

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dedico esta monografia aos meus pais e ao meu irmão que não mediram esforços para que fosse possível a conclusão desta etapa acadêmica da primeira graduação e por me incentivarem a ter muita fé em Deus para persistir.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois acredito que me permitiu sonhar e realizar a conclusão da minha primeira graduação de forma que, pude idealizar e lutar para conseguir a aprovação.

A minha família, e aqui me refiro a José Ivan Vieira da Silva, meu pai, que sempre esteve comigo fazendo o possível para que eu pudesse realizar a matrícula no curso, no ponto de ônibus todas as madrugadas e que viajava para me buscar no primeiro estágio; a Maria Ilza Alves da Silva, minha mãe, que acordava de madrugada e preparava marmita e que me motivava a realizar o curso com a maior qualidade que eu pudesse; a Murilo Alysson Alves da Silva, meu irmão, que me auxiliava na construção dos materiais didáticos até tarde da noite para as aulas dos estágios, e a Verônica Alves da Silva, minha avó, que além de me ajudar financeiramente quando podia, também me aconselhava a não desistir.

À Prof.^a Dr.^a Débia Suenia da Silva Sousa, por aceitar o convite para orientar-me nesse processo de construção do trabalho de conclusão de curso, por estudar junto comigo literaturas e métodos para o estudo da temática, e por me ajudar com todo conhecimento que compartilhou comigo durante as reuniões de orientação.

Aos professores/as da Unidade Acadêmica de Educação que estiveram presentes no decorrer do curso contribuindo para a minha formação.

Às colegas de turma, Marta dos Santos Paulino, Cintya Soares Gonçalves, Daniele da Silva Sousa, Bianca Vieira de Andrade, Gabriela Germano, Izabel Carolina da Silva Pereira e Maria Eduarda Alexandre Santos, que se tornaram grandes amigas e profissionais que tenho grande admiração e que compartilharam diversos momentos. Sempre juntas nas apresentações, em eventos, nas participações de programas de iniciação à docência, e assim, o processo tornou-se mais leve.

Ao colega, Danilson Pinheiro de França que me inspirou a escrever meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nessa temática, devido sua história de vida.

Às amigas Dedice Cecília de Asevedo Pereira, Larissa Timoteo Vieira Rolim, Daisy Lima Duarte e Lorrana Mirelle Ferreira da Silva, que dividiram comigo todo esse período em formação e a rotina diária no ônibus no percurso de 128 km, pelos desabafos durante as férias, e incentivo em persistir.

Às escolas EMEIEF Cecília Estolano Meireles, que me recebeu no período do estágio supervisionado de Educação Infantil, e EMEIF Luiz Cartaxo Rolim, que muito contribuiu, através do programa Residência Pedagógica, em minha formação como campo de experiências rico em aprendizagens de excelência para o fazer pedagógico docente, ambas da cidade de Cajazeiras-PB.

Agradeço!

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar como se dá a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé - PB, visto que é uma temática atual no contexto social, cultural e educacional brasileiro. Trata-se de uma pesquisa básica, referente a um estudo de caso, de abordagem qualitativa, com natureza observacional e procedimentos técnicos da pesquisa de campo. Este estudo está embasado nas reflexões coletadas das plataformas Google Acadêmico e Scielo, no que tange ao conteúdo da Educação Inclusiva, sua historicidade e legislações, Educação Infantil, formação de professores, o fazer-se pesquisador etc. Metodologicamente, o estudo está dividido em três etapas, que consistem na revisão da literatura dos estudos acadêmicos que fundamentam a temática, na entrevista com a docente da criança surda e na observação em campo, registrada no Diário de Campo. Os dados analisados comprovam uma educação com pouco caráter inclusivo, visto que há a falta de formação docente na área da educação inclusiva. O planejamento, os métodos, as atividades propostas e a comunicação entre a professora deficiente auditiva e o aluno surdo são constituídos de uma concepção limitada do que se refere à Educação Inclusiva. É imprescindível que haja a relação entre a sala de aula comum e a sala de Atendimento Educacional Especializado, o que não é uma realidade durante a prática docente da professora em questão.

Palavras – chave: Prática docente; Educação Infantil; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the teaching practice of a hearing impaired teacher with a deaf student from an early childhood education institution in Bonito de Santa Fé - PB, since this is a current topic in the Brazilian social, cultural and educational context. This is a basic research, referring to a case study, with a qualitative approach, with an observational nature and technical procedures of field research. This study is based on reflections collected from the Google Scholar and Scielo platforms, regarding the content of Inclusive Education, its history and legislation, Early Childhood Education, teacher training, becoming a researcher, etc. Methodologically, the study is divided into three stages, which consist of a literature review of academic studies that support the topic, an interview with the teacher of the deaf child and field observation, recorded in the Field Diary. The data analyzed prove an education with little inclusive character, since there is a lack of teacher training in the area of inclusive education. The planning, methods, proposed activities and communication between the hearing impaired teacher and the deaf student are based on a limited conception of what refers to Inclusive Education. It is essential that there be a relationship between the regular classroom and the Specialized Educational Assistance room, which is not a reality during the teaching practice of the teacher in question.

Keywords: Teaching practice; Early childhood education; Inclusive education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CFP - Centro de Formação de Professores

CNE - Conselho Nacional de Educação

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos

LDBEN/96 ou LDB/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

PAM - Programa de Ação Mundial

PcD - Pessoa Com Deficiência

PNE - Política Nacional de Educação

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TGD - Transtorno Global de Desenvolvimento

UAE - Unidade Acadêmica de Educação

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
2.1. Avanços e retrocessos (lutas e conquistas)	15
2.2. Garantias para a inclusão no que se refere à Legislação Educacional Brasileira.....	18
3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	21
3.1. A problemática da comunicação no que se refere à relação do docente e do discente surdo na aquisição do processo de ensino-aprendizagem	22
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
4.1. Caracterização da pesquisa	25
4.2. Cenário Empírico da Pesquisa e os sujeitos participantes	26
4.3. Instrumentos de coleta de dados	27
4.4. Método para a análise dos dados coletados	29
4.5. Procedimentos éticos	29
5. ANÁLISE DO PROCESSO INCLUSIVO ENTRE DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	31
5.1. A concepção da docente sobre a Educação Inclusiva	31
5.2. A prática da professora deficiente auditiva acerca da inclusão do aluno surdo na sala de aula.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICES	45

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como título: A prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito De Santa Fé – PB. O presente estudo é relevante devido à educação inclusiva tratar-se de uma temática recente, historicamente no Brasil, pois as pessoas com deficiências foram excluídas do processo escolar e em razão disso, somente a partir do ano de 1988 com o artigo 205 da Constituição Federal que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...]” (Constituição Federal, 1988) e se efetivando assim no ano de 2015 com a lei 13.146/2015 instituída pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (PcD).

Diante disso, esses tiveram seus direitos assegurados com relação ao acesso à condições favoráveis para que haja igualdade, liberdade e inclusão no âmbito social, o que infere também no educacional. A importância se dá ao fato de que, a Educação Inclusiva democratiza a educação para todas as crianças independentemente de suas especificidades, a convivência com pessoas surdas e com demais PcD contribui para a formação de uma sociedade inclusiva e na discussão sobre as diferenças, a diversidade e a inclusão.

Existem políticas públicas, mas ainda é perceptível o quanto a escola foi pensada para pessoas que não são deficientes, no que se refere às fragilidades na estrutura escolar, seja para acesso físico; atendimento de profissionais especializados/formados com competências e habilidades para trabalhar com PcD; recursos humanos; intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), etc., para a promoção de uma inclusão de forma efetiva. Essas fragilidades geram esse processo de exclusão dos demais cidadãos, que deveria ocorrer como sugere a lei supracitada.

A escolha dessa temática para estudo se deve a uma relevância pessoal e social, devido à proximidade com um amigo surdo, pois durante meus estudos no ensino superior percebi as dificuldades de comunicação com os colegas e com os professores mesmo com duas intérpretes de LIBRAS disponíveis. Isso me motivou a pensar que crianças com deficiências em creches devem passar por dificuldades maiores no seu processo de formação e de ensino-aprendizagem, com maior ênfase, no que se trata de uma cidade de interior no Estado da Paraíba, e a partir disso, passei a refletir mais sobre a importância que essa temática tem para a educação com escolas mais inclusivas e com acessibilidade que resultem em uma sociedade mais democrática. Após considerar essas questões supramencionadas, cursei a disciplina de LIBRAS a qual foi ministrada por uma docente surda e que conseguia oralizar minimamente,

pois quando criança foi estimulada a isso, mas foi uma disciplina limitada, visto que dentro do período letivo a docente recebeu 45 dias de férias em que não tínhamos atividades pedagógicas ou aulas híbridas. A turma que fiz parte durante a graduação, reivindicou por um curso que pudesse nos auxiliar na comunicação com o colega surdo e então, o projeto incluir, que é um projeto de extensão, foi retomado no Centro de Formação de Professores (CFP), e o aluno surdo que, também, faz parte dessa turma, participou como bolsista e o curso de LIBRAS reservava aulas para a comunidade acadêmica e também para a turma poder aprender desenvolver uma comunicação necessária com o colega surdo, e assim, quem mediante o interesse daqueles que participaram, tivemos o acesso a certificação do curso de introdução a LIBRAS, com a carga horária de 40 horas. Para dar continuidade nessa busca por mais conhecimentos e formas de comunicação com as pessoas surdas ou deficientes auditivas, busquei por mais um curso com uma das intérpretes de LIBRAS do CFP.

Nesse sentido, o contato que tive com a história do meu colega de turma da universidade que é surdo, me fez refletir sobre os enfrentamentos e as dificuldades que este passou e, ainda passa, para a efetivação de uma aprendizagem significativa desde a escolaridade básica, pela falta de profissionais especializados que o auxiliassem nesse processo de ensino-aprendizagem, o uso de uma gramática da língua portuguesa em desconsideração da gramática da LIBRAS o que resulta em uma divergência no que se trata da educação bilíngue, o enfrentamento de uma educação excludente e pouco ou quase nada inclusiva, assim como, as dificuldades de comunicação que ele tem com os demais colegas, e entre outras falhas educacionais. Após ter conhecimento disso, passei a tentar me comunicar com ele, participei de cursos básicos de LIBRAS ofertados pela própria Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras. E foi notável, toda a realidade educacional precária que ele esteve inserido desde a infância e agora tendo acesso ao ensino superior.

Assim, meu olhar de pesquisadora, nesse momento com interesse nos processos da Educação Inclusiva, em especial na educação de pessoas surdas, identificou a existência da realidade educacional de uma criança surda, devido a uma conversa informal com uma professora que atua em uma Creche no município de Bonito De Santa Fé – PB.

Diante do exposto, apresento para a construção desse trabalho o seguinte questionamento: como está ocorrendo à prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB?

Nessa compreensão, o presente estudo teve por **objetivo geral** analisar como se dá a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição

educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB. Como **objetivos específicos** investigar se as atividades propostas pela docente da instituição educacional de ensino infantil têm um caráter intencional inclusivo; identificar a percepção da professora sobre a inclusão de crianças surdas na instituição educacional de ensino infantil e verificar como ocorre a interação da criança surda na instituição educacional de ensino infantil.

A presente monografia, em sua estrutura está dividida por seções, seguidos das considerações finais sobre o estudo, das referências e dos apêndices.

Contextualização histórica acerca da educação inclusiva é a seção II, que inicialmente, aborda o conceito de inclusão, sua relevância, a historicidade das pessoas com deficiência no que tange a criança surda, a Lei 13.146 de julho de 2015, que efetiva no Brasil a inclusão, igualdade, direitos e cidadania a PcD o que se concretiza também na Declaração de Salamanca em 1994. Trata, também, da historicidade do processo exclusivo no âmbito educacional de pessoas com deficiências, a perspectiva assistencial das legislações e o papel da escola para prover acesso e permanência a todos, assim como a necessidade de repensar a prática docente para promover um ensino-aprendizagem mais inclusivo.

A seção III, *intitulado A educação inclusiva para surdos na perspectiva da Educação Infantil*, tece um diálogo com os documentos legislativos da República Federativa do Brasil com redações tardias, referentes à época a qual foram redigidas, no que se refere à criança, a acessibilidade, a Atendimento Educacional Especializado (AEE), a integração, ao capacitismo, a LIBRAS e demais temáticas referentes à inclusão. Assim, como a necessidade de incluir desde a infância, o conceito de educação, o AEE no acompanhamento do desenvolvimento educacional da pessoa surda, bem como a formação de professores com responsabilidade e comunicação.

Procedimentos metodológicos é a seção IV, que aborda os procedimentos utilizados para desenvolver o estudo, como por exemplo, o tipo de pesquisa, os lócus da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e análise.

Análise do processo inclusivo entre docência e discência na Educação Infantil é a seção V, que se desenvolve a partir da análise dos dados coletados, durante a realização da pesquisa de campo.

Concluindo, apresento as *considerações finais, as referências e os apêndices* do trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é de fato, algo que deveria ser compreendido por todos, mas que ainda se assemelha ao desconhecido. A relevância da compreensão do que significa inclusão está na forma em como enxergamos o outro, em qual tratamento oferecemos ao próximo e em como somos enquanto sociedade. Ainda nos lembra algo desconhecido, por não ser levado em consideração no meio social que convivemos e tampouco nas instituições educacionais, pois é algo ainda defasado. Têm-se legislações as quais serão citadas ao decorrer desta pesquisa, em que estão dissertados de diversas formas que os direitos das pessoas devem ser garantidos e assegurados, porém entendemos que atualmente a efetivação da inclusão é algo ainda distante.

A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. (Freire, 2008, p.5).

É notável ainda, o quanto as pessoas com deficiência passam por dificuldades, pela falta de respeito e de empatia, pela falta de acessibilidade, e entre tantas outras complicações, mas isso não é do nosso conhecimento até o momento em que nos colocamos na situação do outro, é chocante perceber o quanto uma simples forma de comunicação é tão complexa entre ouvintes e pessoas surdas, o que não deveria ser tão dificultoso, pois, se houvesse um sistema educacional inclusivo desde a Educação Infantil, professores não teriam dificuldades de ensinar as pessoas surdas, esses não teriam em aprender e a sociedade não teria um processo de exclusão tão grande, especificamente, no que se refere às pessoas surdas.

No que diz respeito à criança surda, a história para PcD, foi, em sua maioria um processo de exclusão social, o que reflete no âmbito educacional atual, pois exemplo disso, é a falta de interesse de toda uma sociedade em tentar se comunicar com uma pessoa surda, em manter relações e da mesma forma acontece no ambiente escolar, quando os profissionais da educação não tiveram uma formação adequada e para mais além disso, quando a escola não possui quaisquer tipos de métodos inclusivos para que haja a comunicação entre crianças ouvintes ou surdas e toda a comunidade escolar (Lacerda, 2006). Diante do exposto, têm-se a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o reconhecimento da LIBRAS e outros meios associados, e que foi uma grande proposta de inclusão para os surdos. No entanto, as crianças surdas são ainda integradas no sistema educacional brasileiro em escolas feitas para

ouvintes necessitando da presença de um intérprete, para que sejam inclusas no processo de ensino-aprendizagem, assim como as demais.

A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas se refere a uma reflexão mais ampla da sociedade, buscando formas de melhor se relacionar com sujeitos de outra cultura, que falam outra língua, que professam outra fé religiosa, entre outros. Trata-se de um tema muito debatido atualmente e que busca refletir sobre formas adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrição ou exigência de adaptação às regras do grupo majoritário (Lacerda, 2006, p. 180).

Diante disso, a Lei 13.146 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência sugere igualdade, direitos e cidadania para as pessoas com deficiência. Assim, percebe-se um grande avanço documental favorecendo a PcD. Nesse sentido, a Educação Inclusiva deve ser assegurada pelo envolvimento de governos, organizações, agências e outros órgãos em uma Conferência Mundial que aborda uma estrutura ativa educacional em que as crianças são exemplos de como as desigualdades se transformam em dificuldades de aprendizagem. “Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter” (Declaração de Salamanca, 1994, p.5). Porém, é perceptível que esses avanços são marcados por retrocessos da realidade educacional vigente no Brasil, pois o aluno surdo é desconsiderado nas escolas como se não estivessem presentes, o que resulta apenas em um ensino integrado e nada inclusivo. De fato, havendo inclusão na educação brasileira as crianças surdas e ouvintes terão acesso a uma aprendizagem e comunicação significativas (Lacerda, 2006).

2.1. Avanços e retrocessos (lutas e conquistas)

O contexto histórico da Educação Inclusiva e o processo de exclusão da PcD no âmbito educacional está emaranhado de avanços e retrocessos, no que diz respeito ao processo de inclusão, de acessibilidade, de políticas públicas, de legislação, entre outros aspectos. Nesse prisma, é oportuno destacar que desde a Grécia antiga ocorre o processo de exclusão de pessoas, visto que, a ideia do corpo perfeito remete a silhueta dos deuses mitológicos que eram exibidos por esculturas. Nessa mesma época, havia a ocorrência da execução de indivíduos que nascessem com qualquer tipo de deficiência, e esse fato traz a compreensão do que ainda perdura na realidade cultural da humanidade quando ocorre a

exclusão da PcD, pois, se uma criança nasce com algum tipo de deficiência, tem-se isso como, o resultado de um castigo ou outros pensamentos punitivos (Brandenburg; Lückmeier, 2013).

Portanto, é plausível afirmar que os surdos não tinham o direito de viver, eram vistos como loucos, não podiam constituir família e outro aspectos que atingem a dignidade das pessoas, nesse período antigo da história da humanidade, da idade antiga e que reflete na idade contemporânea, de forma que, os surdos eram estimulados a oralizar semelhante aos ouvintes e não lhes era permitido que usassem a língua de sinais para que pudessem se comunicar (Oliveira, 2013). A aprovação da LIBRAS é um marco importante na inclusão de pessoas surdas, sendo assim, muito estudada e empregada em algumas instituições de ensino, o que ainda é um número baixo, no que se refere ao seu uso, e que deveria estar presente na rotina escolar das crianças desde a Educação Infantil para que a inclusão ocorresse efetivamente.

A partir do século XVI começa a haver um deslocamento das práticas de cuidado com pessoas com deficiência, pois é nesse período que a deficiência passa a ser um problema médico e não somente assistencial. O saber médico sobre a deficiência começa a ser produzido e questionado, pois todo o deficiente poderia ser educado e tinha o direito a essa educação. Não era mais possível negar a responsabilidade social e política em relação a este grupo de pessoas. No entanto, ainda não se falava de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e muito menos em escolas com outras crianças (Brandenburg; Lückmeier, 2013, p. 180).

Não restam dúvidas que o século XVI foi um período em que médicos e pedagogos passam a ter algum tipo de cuidado com as pessoas que são excluídas do processo educacional e em um processo ainda lento a Educação Inclusiva tem sido conquistada. Porém, logo após esse período houve um retrocesso na inclusão, na perspectiva de quando os autores citam que “no século XIX houve um declínio dos esforços educacionais conquistadas no século XVIII, pois a pessoa com deficiência passou a ser cuidada apenas pelas instituições” (Brandenburg; Lückmeier, 2013, p. 181). Nessa conjuntura, não é errôneo inferir que as PcDs eram mantidas como prisioneiras e/ ou como pessoas que não devem fazer parte da sociedade e, menos ainda, estarem inclusos na educação ou em quaisquer áreas.

O movimento inclusivo perpassa pelo século XIX até a atualidade, a exemplo do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), fundado em 26 de setembro de 1857 no Rio de Janeiro, mas no Brasil essa preocupação só ocorre efetivamente no século XX, em uma perspectiva assistencial de legislações que visavam programas e serviços de atendimento para PcD. A exemplo disso, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes de 1975; plano de

ação mundial para a pessoa portadora de deficiência, o Programa de Ação Mundial (PAM) em 1982; A Lei de n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 com exigência de desenvolvimento pleno das pessoas com necessidades especiais; a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); etc (Brandenburg;Lückmeier, 2013).

Muitos movimentos nacionais e internacionais foram realizados, buscando sempre o acordo para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, mas o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais. Evento realizado pela UNESCO, participação de 88 países e 25 organizações, apontando para os princípios de que toda a criança tem o direito fundamental à educação assim como a oportunidade de obter e manter o mínimo aceitável de conhecimento (Brandenburg; Lückmeier, 2013, p. 183-184).

Logo, percebe-se que a historicidade da inclusão ocorre no emaranhado de avanços e retrocessos no que se diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, mas deve-se ter a compreensão de que o ensino-aprendizagem deve ocorrer para todos, considerando a diversidade e realidades de cada indivíduo e que a inclusão é o meio de acessibilidade para que isso ocorra de modo efetivo e não só como está posto nos documentos. “A inclusão depende muito de mudanças, nos valores de uma sociedade, os quais a escola está implicada historicamente, preparando o aluno com deficiência para o pleno exercício da cidadania” (Brandenburg; Lückmeier, 2013, p.185) e como está posto na Constituição Federal de 1988 (CF/88), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDBEN/96) e nas demais legislações e diretrizes. Contudo, a educação precisa considerar a Educação Inclusiva desde a Educação Infantil até os níveis mais elevados de ensino para que crianças, jovens e adultos sejam inclusos nas aulas, com a postura respeitosa e em consideração com a diversidade.

Nesse sentido, a escola tem o papel de proporcionar condições de acesso e permanência para os alunos PcD nas instituições, que os professores tenham condições de desenvolver os assuntos que compõem o currículo escolar comum e diversificado e que os alunos tenham condições de participar ativamente e igualmente, e assim, os discentes devem estar engajados na construção de seu próprio conhecimento para que se obtenha aprendizagens significativas (Bomfim; Souza, 2010).

Percebe-se, a abordagem do lado negativo e positivo de como o nosso modelo educacional tem se apresentado desde que PcDs tiveram direito ao ingresso no sistema educacional brasileiro. Sendo assim, o lado negativo se dá com os direitos desses discentes sendo negligenciados nas instituições a que pertencem, com ausência de acessibilidade, as

famílias desistindo da escolarização dos filhos diante da falta de acolhimento das escolas e tantos outros desafios. Contudo, o lado positivo é a de estudantes PcD estarem sendo inclusos no ensino regular devido uma minoria escolar ter um modelo de gestão democrática e participativa que se compromete em ter um plano de ação ativo, assim como a eficácia do Atendimento Educacional Especializado, no suporte atento com a sala de ensino regular, o que deveria ocorrer em todas as escolas.

Em suma, mudança efetiva na estrutura da educação é fundamental para que se implemente uma educação inclusiva para todos os alunos. Essa mudança só será possível quando a escola lutar por uma gestão democrática que possibilite o acesso às classes comuns do Ensino Regular a todos os alunos. Enfim, a ampliação da oferta do atendimento educacional especializado permite a eliminação das barreiras para o acesso ao currículo (Bomfim; Souza, 2010, p. 13).

Diante disso, a preparação do(a) professor(a) não está ligada a um formador que vai lhe repassar as regras ou um manual de como ensinar ao seu aluno PcD, como ocorre em um ensino tecnicista, e entender que só a formação continuada não irá lhe dar todo o suporte, mas que é preciso ressignificar a prática docente de modo que não ocorra somente a idealização de um ensino prático e que dê conta de cumprir com o trabalho de mais um dia vencido, e sim, pensar em algo que promova o engajamento desse aluno com os demais, que vá direcioná-lo no desenvolvimento de suas próprias aprendizagens e entender que todos os alunos, sem exceção, precisam de afeto e compreensão no que diz respeito a suas especificidades (Mantoan, 2015).

2.2. Garantias para a inclusão no que se refere à Legislação Educacional Brasileira

Por meio de uma sequência temporal em relação à historicidade dos documentos legislativos referentes à educação inclusiva no Brasil, (Todos pela educação; 2020) apontam, que são textos que tratam de retrocessos e avanços. Pois, a Lei nº 4.024/61 que fixa a LDBEN, (a principal lei educacional abaixo apenas da CF/88) que condena quaisquer tratamentos de desigualdade, chamava as PcD de “Excepcionais” o que não cabe mais no contexto atual, visto que respaldava a integração dessas pessoas no sistema geral de educação e na comunidade, assim desconsiderando a inclusão em seus termos e práticas. A Lei nº 1.971/71 que substitui a anterior foi elaborada no período da ditadura militar (1964-1985) afirmando que alunos deficientes, atrasados na idade regular e superdotados deviam ter

destino especial, assim excluindo grande parte dessas pessoas do ensino comum, atualmente a LDBEN teve atualização no seu artigo terceiro incluído pela Lei nº 14.191/2021 tratando do “respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva” (Brasil, 1996). E em seu artigo quarto, inciso três redigido pela lei nº 12.796/2013 referindo-se a garantia de AEE gratuito aos educandos com deficiência e não mais como portadores, entre outras garantias como sendo dever do Estado para com a educação escolar brasileira.

Como sugere (Todos pela educação; 2020), a CF/88 tem em seu artigo 208 a exigência da educação básica gratuita e obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade com o Estado responsabilizando-se em proporcionar Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiências (nomenclatura que não condiz com a condição dessas pessoas, pois a deficiência não é um objeto ou algo que se mantém, sendo assim, são pessoas com deficiência). Já nos artigos 205 e 206, diz que a educação deve ser para todos resultando no desenvolvimento pleno, na cidadania e na qualificação para o trabalho, como também, o acesso e a permanência com igualdade para todos nos estabelecimentos de ensino.

Percebem-se assim, nos textos legislativos referentes à Educação Inclusiva, que há algo tratando dessas questões, mas que as discussões nessa área são ainda limitadas com documentos obsoletos, pois após a legislação ser colocada da maneira tal qual está redigida, mantém-se, visto que as redações eram adequadas a época que foram escritas com nomenclaturas, que tratam atualmente de PcD, que poderá ser atualizada com o decorrer dos anos, mas que antes eram “excepcionais”, “portadores”, “especial”, etc. Mas, no que se refere ainda aos textos legais sobre a inclusão no âmbito da educação brasileira (Todos pela educação; 2020) como a Lei nº 8.069/90 conhecida como ECA trata-se de AEE para crianças com deficiência, proteção ao adolescente com deficiência e prioridade de atendimento nas políticas públicas de prevenção e proteção para as famílias dessas pessoas supracitadas, o que denota um grande avanço.

E a Política Nacional de Educação Especial de 1994 (PNEE/94), que é um texto tratando-se da “integração instrucional”, ou seja, é permitido que acessem as classes regulares apenas crianças com deficiências, que consigam exercer a capacidade de desenvolver as atividades curriculares propostas assim como, as crianças ditas “normais”, excluindo grande parcela de estudantes com deficiências das salas de aula do ensino regular dialogando um retrocesso.

A Lei nº 9.394/96 é a vigente LDB que possui um capítulo específico para a educação especial, afirmando que quando for necessário haverá serviço de apoio especializado nas

escolas regulares, em função das condições específicas dos(as) estudantes, quando não for possível a integração nas classes comuns do ensino regular. Tratando também da formação de professores; do currículo, dos métodos, das técnicas e recursos para o atendimento especializado. Há o Decreto nº 3.298/99 que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, assim como também a Lei nº 10.172 de 2001 que é o Plano Nacional de Educação (PNE) antigo com aproximadamente 30 metas educacionais para crianças e adolescentes com deficiência e nesse mesmo ano a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) com Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que considera a educação especial importante desde a Educação Infantil e com o apoio da comunidade escolar, assegurando ensino de qualidade para todos.

No que diz respeito à formação de professores no âmbito da inclusão (Todos pela educação; 2020) preconiza que, no ano de 2002 a Resolução CNE dá ênfase no conhecimento inclusivo para professores do nível básico e superior. Nesse mesmo ano, a LIBRAS foi reconhecida pela Lei nº 10.436 que foi regulamentada mesmo no ano de 2005 com o Decreto nº 5.626. Já no ano de 2006, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos foi produzido pelo Ministério da Educação (MEC) e demais órgãos relacionando temas inclusivos nos currículos das escolas brasileiras, assim se obtiveram mais avanços do que retrocessos no que diz respeito a essas legislações com textos que exigem que haja acessibilidade, salas de AEE, recursos multifuncionais, ensino-aprendizagem da educação infantil ao nível superior com inclusão e não somente integração, assim como profissional intérprete de LIBRAS, proteção aos direitos dos PcD, Educação bilíngue de surdos, até o ano de 2020 com o Decreto nº 10.502 com a PNEE.

No que diz respeito às condições das escolas brasileiras na instituição desses textos legislativos é de um retrocesso ainda maior. A ideia do que se teve e ainda se tem de escola no Brasil, é de um estabelecimento de ensino, que tem a ausência de preparação para lidar com a inclusão e com a diversidade, pois a formação dos professores e as práticas metodológicas não acompanham as necessidades dos estudantes PcDs, há ainda uma cultura homogênea de que a deficiência seja sinônimo de incapacidade e a “saída” que os ambientes educacionais têm é a de excluir as pessoas com deficiência do processo educacional (Bomfim; Souza, 2010).

Visto os textos, que compõem a CF/88, as leis, decretos, as normas e os currículos voltados para a educação. O que tem falhado é a efetivação de políticas públicas e a acessibilidade não só de espaços físicos, mas também no processo educacional e em tudo o que diz respeito à comunidade escolar.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após a contextualização da educação inclusiva percebe-se que as dificuldades educacionais inclusivas ocorrem desde o início da história da humanidade e que ainda estão muito presentes atualmente. Logo, a necessidade de incluir a todos deve ser uma preocupação recorrente desde a Educação Infantil, pois incluindo todas as crianças haverá um futuro com cidadãos conscientes e inclusivos. Como preconiza Oliveira (2013, p. 22) “Com as mudanças que ocorriam desde os anos 80 a necessidade que se fortalece é a de tornar a escola inclusiva, de forma que permitia a toda pessoa com deficiência um espaço na escola.” Infere-se assim, que a Educação Infantil é a oportunidade de socializar com as crianças, sem preconceitos, de exercer os cuidados necessários com todas as crianças, sem exceção, de extinguir o capacitismo da sociedade, desde o início do desenvolver educacional. “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.” (Freire, 2011, p. 44), pois assim infere-se que a existência da ética na educação promove o crescimento de crianças na diferença como futuros cidadãos compreensivos e coerentes.

Portanto, devemos ir contra a discriminação em seus diversos aspectos e exercitar o bom-senso, que é um modo de ser cauteloso com as próprias ações e só assim gerar respeito para com o outro e que enquanto educador. Esse deve estar sempre olhando para si mesmo e refletir sua prática educativa de forma a considerar a autonomia, a dignidade, a identidade e as formas de aprender de cada educando independentemente de suas especificidades (Freire, 2022). Nesse sentido, o capacitismo é toda fala com a intenção de limitar as ações de qualquer indivíduo ou sua capacidade de desempenhar quaisquer tarefas por conta da deficiência, ou seja, tratar a pessoa de forma pejorativa.

A educação é direito essencial de qualquer cidadão, e que proporciona diversos conhecimentos e informações essenciais a todos para que saibam a importância de incluir, de seus direitos e deveres, de ser solidário e altruísta desde a infância, então, deve haver grande preocupação no âmbito educacional e constitucional, para que isso seja garantido sem quaisquer tipos de exclusão. Os educandos com deficiências, altas habilidades ou super dotação e com Transtornos Globais de Desenvolvimento (TGD), precisam dessa atenção quando acessam o ensino regular, pois precisam também do AEE, para que o ensino-aprendizagem se desenvolva de forma qualificada. Assim, o AEE funciona de forma

suplementar, ao ensino regular, e em turno oposto, com o ensino bilíngue (LIBRAS e língua portuguesa) e considerando a equidade (ações ajustadas às diferenças).

Para que o planejamento seja completo, faz-se necessário que, os professores elaborem em conjunto os recursos didáticos a serem utilizados no atendimento educacional especializado tanto em Libras como de Língua Portuguesa, observando e respeitando as especificidades e diferenças de cada aluno no que diz respeito ao estágio de desenvolvimento em que se encontra em cada língua. (Mendonça et al., p.83, 2023).

Diante do exposto, percebe-se a relevância da relação do ensino regular e do AEE, porém o desafio dos docentes é significativo, pois a criança surda deveria ter contato com o ensino bilíngue nos dois âmbitos supracitados, mas há a falta de profissionais qualificados o que é uma das condições de permanência para discentes surdos, que tem resultado na evasão desses estudantes do ambiente escolar. Pois, tanto o professor da sala de ensino regular, na maioria das vezes, não teve uma boa preparação durante sua formação acadêmica ou não tem formação continuada. Mas também a sala de AEE tem demandas maiores no atendimento para as necessidades de discentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A inclusão de alunos surdos ainda tem muito a enfrentar no sistema educacional brasileiro, visto que ainda há muita desigualdade linguística em sala de aula. Não se tem a garantia de acesso aos conhecimentos trabalhados no ambiente escolar e nem material didático específico aos alunos com surdez, pois eles ainda não estão com o domínio completo da Língua Portuguesa (Brito et al. p.10, 2019).

Perante o exposto, a Educação Inclusiva no que se refere à pessoa surda, ainda passa por esse processo de abandono e é preciso um processo maior de assistência no que está garantido nas redações legislativas, pois para o cumprimento dessas, é preciso assegurar também qualificação profissional aos docentes, acessibilidade, material didático adequado, número maior de profissionais, a presença do intérprete de LIBRAS, um trabalho efetivo e significativo entre o ensino regular e o AEE, e todos os aspectos que garantam o acesso e a permanência desses estudantes.

3.1. A problemática da comunicação no que se refere à relação do docente e do discente surdo na aquisição do processo de ensino-aprendizagem

A formação de professores é um aspecto muito importante envolto a essa temática visto que, “a procura de um conhecimento profissional, que não é mera aplicação prática de

qualquer teoria, mas que exige um esforço próprio de elaboração e reelaboração” (Nóvoa, 2012, p. 15). Assim sendo, se o professor precisa de acesso a formações inclusivas para propor atividades intencionais que considerem as realidades dos educandos PcDs. A docência tem de acontecer com um trabalho multidisciplinar em que a área da saúde está também relacionada com as equipes pedagógicas, como o autor supracitado completa, são períodos de grandes desafios e que “não se trata de regressar ao debate sobre a relação escola-sociedade, mas antes de promover a construção de um espaço público de educação” (Nóvoa, 2012, p. 19). Frente a isso, o autor prega ainda que obrigações e responsabilidades estejam envoltas do processo da prática docente e na mediação das aulas, pois, ao planejar o professor precisa pensar na sala de aula como um todo e, também, nas especificidades de cada criança e isso de fato é a intencionalidade que está por trás de cada ação.

É necessário um trabalho político, uma maior presença dos professores no debate público, uma consciência clara da importância da educação para as sociedades do século XXI. A complexidade das sociedades actuais, a existência de um volume sem precedentes de informação ou a centralidade do conhecimento e da sua valorização social e económica colocam os professores perante tarefas a que não podem responder sozinhos (Nóvoa, 2012, p. 21).

Nesse sentido, o professor necessita envolver-se politicamente com a sociedade, em conhecer os assuntos presentes no meio social que vive e poder argumentar junto às crianças e saber os direitos dos alunos que precisam de inclusão no ambiente educacional que estão presentes. É preciso consciência dos problemas sociais que interferem na educação e sobre os problemas específicos da própria educação, e isso resultará em uma formação docente responsável, bem articulada, que considera a realidade educacional e social e que desvela as lacunas da profissão, ou seja, retoma uma temática bastante discutida, que se trata da função social da escola (Nóvoa, 2012).

A criança surda precisa iniciar os estudos ao mesmo tempo em que qualquer criança ouvinte também começa, para que consiga desenvolver, seus saberes de forma significativa e integral. Isso, porque a Educação Infantil é o tempo de aperfeiçoar a reflexão, a criticidade e a cidadania, e que a partir disso, a criança se desenvolve com o entendimento de que a inclusão é uma questão social e de grande relevância (Oliveira, 2013). A pessoa surda não possui a habilidade de escutar ou consegue parcialmente, mas não conseguem em sua maioria oralizar (Schwanck, 2010). Isto posto, se faz necessário destacar, que as formas de comunicação a

serem estabelecidas entre si ou com os ouvintes são dificultosas, ainda mais, no que se refere ao ambiente escolar e que a melhor forma de comunicação é através da LIBRAS.

Outro ponto a destacar, é que os pais veem a surdez como um problema na condição social dos filhos e assim buscam formas paliativas ou até mesmo ineficientes, para solucioná-lo, como é o caso do implante coclear, que expõe a pessoa a uma situação grave e limitante, pois, resulta em ainda não obter uma escuta perfeita e a necessidade de outra forma de comunicação, além de não estimular toda a anatomia do ouvido e somente o mínimo (Schwanck, 2010). Esse tipo cirúrgico não é considerado pela comunidade surda, pois é visto como uma experiência falha. Os estudos sobre a necessidade de uma preparação adequada com cursos, aprendizagem da LIBRAS, debates, elaboração de alternativas de inclusão e outros meios que deveriam acontecer por parte da família, dos docentes e da escola é uma redação antiga, que é pouco aplicada na realidade contemporaneamente, mas que se houvesse ação concreta não acarretaria na dissociação da Educação Infantil, onde o ensino e o cuidado são de grande relevância, isso resultaria caso existisse efetivamente em uma grande mudança social e educacional (Schwanck, 2010).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção estão desenvolvidos os procedimentos metodológicos desta monografia nomeadamente: caracterização da pesquisa, cenário empírico da pesquisa e sujeitos participantes, instrumentos da coleta de dados, procedimentos éticos. Esta pesquisa se caracteriza como: de finalidade básica, com abordagem qualitativa, um estudo de caso, de natureza observacional e com procedimentos técnicos de uma pesquisa de campo e com propósito explicativo. Foi elaborada baseada em pesquisas acadêmicas de estudiosos como Brandenburg e Lückmeier (2013); Brito *et al.* (2019); Freire (2008); Lacerda (2006); entre outros, assim como também o agrupamento da análise da entrevista estruturada e a observação realizadas com a professora deficiente auditiva de uma instituição educacional de educação infantil em Bonito de Santa Fé – PB. Realizou-se no ano de 2024, com a utilização dos seguintes procedimentos éticos: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) e o Termo de Anuência.

4.1. Caracterização da pesquisa

Para que os objetivos da presente pesquisa fossem atingidos foi essencial vivenciar os desafios de uma pessoa surda no tocante a comunicação em ambientes educacionais, assim como aprender o básico de outra língua, a de sinais, que é ainda escassamente utilizada.

Esta pesquisa tem finalidade básica, ou seja, a intencionalidade é acumular conhecimentos acerca da temática sem quaisquer tipos de aplicabilidades executivas e que pode ainda acrescentar novidades ao campo central de estudos; é ainda um estudo de caso, pois como sugere (Yin, 2015, p.4) “a necessidade diferenciada da pesquisa de estudo de caso surge do desejo de entender fenômenos sociais complexos”, assim, o presente estudo trata-se de uma pesquisa sobre a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil, localizada no município de Bonito de Santa Fé – PB, o que se torna um estudo sócio-educacional específico. É de natureza observacional, pois não há a intenção de intervir na área do objeto de estudo, mas apenas coletar e analisar informações; com abordagem qualitativa, visto que, considera uma temática ampla e suas complicações. Nesse sentido, estudar a educação envolve um trabalho com muitos sujeitos em relevância a perspectiva natural, social, cultural e histórica.

Com o propósito explicativo de analisar, identificar e compreender os acontecimentos determinantes; com procedimentos técnicos de uma pesquisa de campo para a obtenção de

respostas mais assertivas com relação à temática, o levantamento de artigos que foram divulgados nas plataformas acadêmicas do Google acadêmico e Scielo, a fim de trazer a relevância do tema, assim como, argumentar a discussão central com dados que se relacionam às impressões do que foi visto no lócus do estudo e os relatos coletados e analisados em relação ao fazer pedagógico de uma professora com deficiência auditiva, com a Educação Infantil e com a inclusão na instituição educacional que se trata do local do presente estudo.

4.2. Cenário Empírico da Pesquisa e os sujeitos participantes

A intencionalidade desta monografia detém-se acerca da Educação Inclusiva e Infantil, por meio de dados analisados, a partir de uma entrevista realizada com uma professora deficiente auditiva que é responsável pela sala de aula em que está presente um aluno surdo, assim como a observação do cotidiano escolar dessa criança e da prática pedagógica que ali ocorreu.

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (Gil, 2002, p.53).

A pesquisa iniciou-se no ano 2024 com a observação na instituição educacional de ensino infantil, na turma do Pré – I A, das professoras Bia e Ana (nomes fictícios), respectivamente, deficiente auditiva e ouvinte, localizada no município de Bonito de Santa Fé – PB. A instituição, oferta as etapas de ensino da Educação Infantil com Creche de 0 à 03 anos de idade e Pré-escola de 04 à 05 anos de idade.

Nos quadros abaixo estão expostos os sujeitos que compõem o presente estudo, sendo a professora deficiente auditiva o sujeito principal:

Quadro 1 – Perfil das professoras da instituição educacional de ensino infantil (turma Pré - I A)

Nome	Sexo	Idade	Situação	Formação	Tempo de atuação
Bia	F	43 anos	Deficiente auditiva	Licenciatura em Pedagogia	23 anos
Ana	F	60 Anos	Ouvinte	Licenciatura em Geografia	-

Fonte: Informações sintetizadas das entrevistas da pesquisa (2024)

Quadro 2 – Perfil do aluno surdo da instituição educacional de ensino infantil

Nome	Sexo	Idade	Situação	Série	Residência
Bruno	M	4 anos	Surdo	Pré – I A	ZR

Fonte: Informações sintetizadas das entrevistas da pesquisa (2024)

Para efetivar a realização deste estudo, não obtive problemas, pois desde o momento da primeira visita ao lócus da presente pesquisa houve uma excelente recepção e disponibilidade dos que compõem aquela instituição educacional. A finalidade desta visitação inicial era para dialogar com a direção, a fim de dispor da autorização devida para realizar a pesquisa. Também, dialoguei com as professoras, que aceitaram a minha presença na sala de aula para o acompanhamento de suas atividades docentes.

Já no que se refere à experiência no cotidiano da instituição educacional, deu-se de forma boa e acolhedora, talvez por ser uma Creche localizada no município a qual resido e todos os funcionários, sem exceção, conhecem a mim, sempre houve a possibilidade de transitar em todas as dependências da Creche, assim como também disponibilizaram todas as informações essenciais para a realização deste estudo. A convivência com os demais professores ocorreu sempre de forma muito proveitosa e gentil. Essa experiência de elaborar uma pesquisa diretamente no lócus do estudo foi desafiador, pois foi preciso encontrar a relação entre o que era necessário observar e os objetivos deste estudo.

A instituição educacional de ensino infantil possui acessibilidade para PcD desde o portão de entrada com rampas, mas tem a ausência de piso tátil, com dependências aconchegantes e organizadas, com salas de aula espaçosas, local de recreação arejado, coberto e com brinquedos, banheiros e refeitório adaptados para o tamanho das crianças e para pessoas com deficiências, assim como a sala de AEE. Na sala do lócus deste estudo, pude observar a presença de cadeiras e mesas adaptadas ao tamanho das crianças, 02 ventiladores e 01 ar-condicionado, 01 lousa branca, 01 birô, 01 depósito para materiais didático-pedagógicos, 05 janelas, diversos brinquedos e jogos pedagógicos e 01 Smart TV com acesso a internet e materiais de limpeza.

4.3. Instrumentos de coleta de dados

A entrevista foi o procedimento que, primeiramente me possibilitou ter uma abertura maior para questionar a docente sobre indagações específicas sobre o assunto da inclusão para

a criança surda, e outras questões mais amplas ao decorrer do diálogo com a professora. Pois, a entrevista estruturada tem sua funcionalidade baseada na aquisição de dados específicos e úteis sobre um tema ou questionamentos. “Ao contrário da informalidade presente na entrevista não-estruturada, a entrevista estruturada é objetivamente orientada.” (Gladcheff, p.135, 2003). Ou seja, a entrevista estruturada dá ao entrevistador o encargo de organizar o que deseja saber de forma específica do entrevistado, que é o sujeito que domina as ações envolvidas às tarefas aplicadas no cotidiano que provocam indagações e uma temática a ser estudada.

A realização da entrevista foi algo desafiador, pois desde a elaboração das perguntas até a ação do encontro com o sujeito da pesquisa, até parece tranquilo, mas deve ter sempre uma intencionalidade na forma de sua elaboração e condução, já que os questionamentos devem conduzir a pessoa a responder os objetivos da pesquisa. As perguntas precisavam ser objetivas e que não fizessem a pessoa entrevistada responder de forma simples, com uma afirmação ou com uma negação, mas que tivesse uma resposta bem construída e desenvolvida. A ação do momento da entrevista, também, foi algo que precisei reformular várias vezes o mesmo questionamento para que, a docente pudesse me entender, já que essa é uma professora com deficiência auditiva e faz apenas a leitura labial, o que tornou a entrevista um pouco demorada. Já o momento de transcrição também foi complexo devido ao fato de precisar digitalizar exatamente como a pessoa que participou da entrevista oralizou e na fala há muitos vícios de linguagens e pleonismo (figura de linguagem que representa a repetição de palavras ou expressões na mesma frase e com o mesmo significado).

Já a observação é o recurso para a verificação das formas inclusivas no fazer pedagógico da professora como está colocado nos relatos reunidos pelo primeiro método da coleta de dados da pesquisa que é a entrevista com a docente. Essa observação ocorreu de modo que, ao conseguir as devidas autorizações para adentrar o lócus desta pesquisa, passei a anotar diariamente as atividades propostas pela docente em sala e fora dessa, em um Diário de Campo, de forma a descrever e registrar detalhes vistos da rotina executada pela professora com todas as crianças e em específico com a criança surda, assim como as características dos recursos do ambiente da instituição educacional em questão, os métodos de ensino e as atividades propostas da professora com a criança surda, as formas de avaliação do desenvolvimento, assim como a forma que se comunica com esse discente e, em como esse interage com os demais colegas de turma.

4.4. Método para a análise dos dados coletados

Após o encerramento do registro das observações e entrevista no lócus da pesquisa, a próxima etapa tratou-se do agrupamento estimatório dos dados coletados. Assim, essa fase foi realizada tendo por base o método da análise de conteúdo, de forma mais específica, ao que está sugerido nos estudos de Laurence Bardin (2016). Pois, essa autora detalha como tratar essa fase da análise de forma qualitativa e específica para que haja a compreensão do que é preciso analisar e o porquê.

Diante disso, a análise de conteúdo dá ao leitor acesso a dados complementares de um texto comunicativo, de qualquer âmbito, para que esse tenha uma leitura mais relacionada e questionadora com o texto em questão, pois há o querer conhecer mais desse texto. E que essa análise organiza-se em: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e interpretação Bardin (2016).

A “[...] primeira fase possui três missões: *a escolha dos documentos* a serem submetidos a análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração dos indicadores que fundamentem a interpretação final” (Bardin, 2016, p.125). Ou seja, é a forma organizacional de todas as informações coletadas no ato da realização da pesquisa em lócus, com os sujeitos participantes e com os dados observados.

Na segunda fase a exploração do material “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (Bardin, 2016, p. 131). Nesse momento, os dados passam pelo tratamento de apuração em que o pesquisador passar a unir tudo o que coletou.

Por fim, no que diz respeito ao último polo da análise de conteúdo “o analista [...] pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 2016, p. 131). Nessa fase, a análise está sendo finalizada, com informações unidas, interpretadas, categorizadas e prontas para findar uma análise.

4.5. Procedimentos éticos

Inicialmente, utilizou-se o Termo de Anuência, com a autorização institucional para realização da pesquisa, bem como o acesso à instituição.

A análise dos dados ocorre de modo, que estão agrupadas as informações adquiridas por meio dessa observação e da entrevista com a devida autorização da professora que é o

sujeito principal deste estudo e dos pais/responsáveis da criança surda, por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), que possui uma linguagem de fácil entendimento, em que apresenta um estudo com menores de idade, e ainda constando que, os participantes estão cientes do que se trata a pesquisa e que não proporciona prejuízo aos responsáveis, relacionando-se com os dados de estudos já publicados a respeito do tema da pesquisa em plataformas acadêmicas. Dessa maneira, as vivências coletadas e os debates acerca das especificidades da temática contribuem para relevância da dimensão a qual faz parte o âmbito educacional presente no Brasil.

O TCLE e o TALE foram informados para que o sujeito principal da pesquisa e para a responsável pela criança surda tenha conhecimento da presente pesquisa, de forma individual e presencial para a coleta das assinaturas e cabendo aos participantes a escolha de permanecer ou não, com a possibilidade de desistência no momento em que preferirem, sendo esclarecida a confidencialidade dos dados referentes às suas identidades.

5. ANÁLISE DO PROCESSO INCLUSIVO ENTRE DOCÊNCIA E DISCENCIAEM UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO INFANTIL EM BONITO DE SANTA FÉ - PB

Neste momento do estudo pretendeu-se analisar a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB, com a análise de dados coletados descrita por meio dos registros coletados no período da observação e da realização de uma entrevista estruturada acerca das categorias seguintes: *a concepção da docente sobre a Educação Inclusiva e a prática da professora deficiente auditiva acerca da inclusão do aluno surdo na sala de aula*. Para a realização dessa análise foram elencados os seguintes questionamentos: *Por que escolheu atuar na docência? Conte sobre sua deficiência e se há questões genéticas ou familiares de pessoas deficientes na sua vida? Descreva seu entendimento sobre integração e inclusão? Quais os métodos inclusivos você pratica durante as aulas que ministra? Como você se comunica com seu aluno surdo? Como avalia o desenvolvimento do seu aluno surdo durante o ano letivo? Detalhe como planeja suas aulas durante o ano letivo?*

De modo geral, ao analisar o processo inclusivo no fazer pedagógico na instituição educacional de ensino infantil, que acontece entre uma docente com deficiência auditiva e um estudante surdo da turma do Pré-I A, percebe-se a necessidade de uma formação docente mais inclusiva de forma a considerar o uso de metodologias adaptadas ao ensino-aprendizagem da criança surda, considerando mais os aspectos visuais desse aluno, uma comunicação efetiva, ou seja, as peculiaridades desse aluno e uma maior assistência dos profissionais do AEE em prover um trabalho colaborativo com a sala de ensino comum.

5.1. A concepção da docente sobre a Educação Inclusiva

Nesta primeira categoria, os dados analisados indicam o discernimento da docente deficiente auditiva sobre a Educação Inclusiva. Frente a isso, foi essencial compreender qual a deficiência que essa docente tem e o que isso significa para ela, no que concerne viver como PcD em sociedade e a professora em questão relata que tem:

Deficiência auditiva, profunda, bilateral e sensorineural e que sente dificuldades em sua vida pessoal e profissional, tratando-se das formas de comunicação invalidas para o seu entendimento da mensagem a ser captada, a falta de paciência das pessoas em ter calma ao falar ou em esperar que ela

entenda o movimento dos lábios durante a tentativa de identificar a leitura labial e tantas outras questões que passa cotidianamente (Bia, 05-08-2024).

Assim, por ser PcD, como a professora destacou em seu relato, infere-se que esta condição, a auxilia em sua compreensão acerca das falhas existentes no ensino-aprendizagem de pessoas com quaisquer deficiências e de forma mais específica, das dificuldades/desafios de pessoas surdas, visto que é uma situação que faz parte do seu contexto profissional. Em outras palavras, ela compreende a necessidade de buscar qualificar-se mais no que tange a Educação Inclusiva, de buscar uma qualificação profissional para trabalhar com métodos de ensino-aprendizagem mais inclusivos e entre outros quesitos colaborativos para a sua prática docente ocorrer de forma mais significativa para todos os alunos. Porém, as condições ofertadas a essa docente é de um sistema educacional vigente que ainda não trata da Educação Inclusiva de maneira, que considere e respeite as pessoas com deficiências e que tenha meios, para estimular um ensino-aprendizagem de qualidade.

Existem grandes falhas na educação e mais específico no que se trata da prática docente e da inclusão, porém é uma temática ainda pouco discutida e nova no cenário sócio-educacional brasileiro, e assim tendo como base todas as questões e observações expostas até aqui; se fez necessário para compreender o discernimento que a professora tem sobre inclusão e integração, se essa consegue compreender de fato, seus conceitos e se ela concretiza essas áreas de forma efetiva durante as aulas que ministra. E após, esses questionamentos serem abordadas, a mesma cita que:

A integração, a gente sabe, né? Que é só colocar, lá, né? A gente naquele ambiente. É, colocar a criança, colocar o adolescente, colocar qualquer pessoa com deficiência ou com transtorno naquele ambiente, né? Já, incluir é, de fato, é, incluir em todos os aspectos, não só, a presença física, né? Não só a permanência, naquele ambiente, mas como também, participar, também interagir com os demais. Isso é, que é, inclusão (Bia, 05-08-2024).

Nota-se que a docente diz o que considera ser integração e se coloca dentro do público de pessoas com deficiências. Também, esta faz colocações durante a entrevista sobre as dificuldades que enfrenta em várias áreas da sua vida pessoal ou profissional, quando diz que:

[...]enquanto deficiente auditiva, é, as pessoas não me incluem muito, não me incluem como deveriam, certo? Eu sinto, que as pessoas se limitam um pouco, de conhecimento, assim, nessa questão de inclusão. Como por exemplo, se eu sei que a criança não escuta ou que o adolescente não escuta, que o adulto ou idoso não escuta, então eu vou, por exemplo, então eu vou passar uma mensagem pra ele, eu jamais, vou passar um áudio, e as pessoas

mandam muito áudio pra mim, Vanessa. Entendeu? Então assim, eu não tô sendo inclusa, não tô sendo vista, não estou sendo, é, aceita, como eu sou, com deficiência auditiva. Eu fico assim, com as coisas na cabeça, muitas vezes, né? Áudio, áudio, áudio, as pessoas sabem que eu sou deficiente auditiva e só me manda áudio, ou várias mensagens, digita, faz chamada de vídeo, né? Então, a gente tem que ver por esse lado, a primeira forma que a gente tem que ver de uma pessoa que tem principalmente, deficiência auditiva, é a limitação dela, né (Bia, 05-08-2024).

Após a professora comentar acerca de sua deficiência, seus desafios experienciados rotineiramente, é possível notar que ela tem uma compreensão do que seria a inclusão, porém é perceptível que ela pode buscar por um conhecimento maior sobre a temática, com estudos, leituras e pesquisas mais atuais para compreender melhor sobre as especificidades e situações pelas quais ela também está inserida, devido pertencer ao público de PcD. Logo, esses apontamentos são mais enfáticos quando a professora Bia complementa em sua fala, que os métodos inclusivos praticados durante suas aulas são:

Uma atividade, no caso de criança fazer uma tarefinha, fazer atividade, interagir, participar das brincadeiras, né? Então, esse é, o método, incluir totalmente a criança, ele tem todos os direitos, né? Seja, criança, seja adolescente, seja adulto. A gente tem, todos os direitos igualitários, é, e, equitativos, igual os demais, é, não só apenas estar ali, é, estar ali, mas ser incluso, é ser incluso. Fazer a tarefinha igual os demais, fazer a atividade igual os demais, sem escolha, né? Embora que, a gente tem que ter um tratamento, diferenciado, é, de acordo com a limitação da gente. A gente tem que ter, um tratamento diferenciado, né? Em alguns aspectos e de acordo com a nossa própria limitação, mas a gente tem que participar, igualmente os demais, né?. Não só, aqueles que não tem nenhuma deficiência, nenhum transtorno[...] (Bia, 05-08-2024).

Ou seja, é notável que a docente em questão, não utiliza métodos inclusivos no desenvolvimento das atividades propostas intencionalmente para a aprendizagem da criança surda e ministra as aulas de forma igual para o aluno supracitado e para os demais estudantes ouvintes. Em sua fala cita que, pessoas com deficiência devem ter um tratamento diferenciado, visto que, ela enquanto PcD considera que devem ser tratados de acordo com suas limitações, pelo motivo justificável do que se conceitua equidade, na forma do que é adaptado a cada pessoa de acordo com as suas necessidades, e não como a igualdade, que é tratar todos sem distinções e assim desconsiderando a realidade de cada sujeito. Assim, suas afirmações nas duas citações anteriores mostram que esta busca explicar a inclusão, mas suas palavras demonstram conceitos mínimos comparados ao que realmente significa o processo de inclusão e integração em sala de aula e que os métodos citados pela própria, como

inclusivos, na verdade não consideram a educação bilíngue ou aspectos visuais, por exemplo. De fato, tais métodos podem realmente desenvolver diversos outros aspectos essenciais para toda e qualquer criança, mas que é algo difícil para a criança surda compreender o que está fazendo ou deve fazer, já que não há comunicação acessível, tais quais os demais alunos têm, o que se justifica, também, pelas falhas de um sistema educacional que não valoriza a docência e muito menos o trabalho desenvolvido por profissionais especializados, como intérpretes de LIBRAS, professores de Letras LIBRAS, etc.

Apesar do que foi dito anteriormente, é perceptível que a docente demonstra ter o conhecimento teórico do que seja inclusão, pois ela diferencia minimamente esses conceitos. Porém, em suas afirmações e práticas não consegue explicar ou aplicar a inclusão, mas essa reconhece e respeita as diferenças, criando um ambiente que garanta ao seu aluno surdo as mesmas condições que os alunos ouvintes, mesmo sem uma formação mais adequada à promoção da inclusão, tornando-se notável a necessidade de buscar mais conhecimentos sobre a temática da educação inclusiva para tratar com esse público, pois esta afirma que:

[...]A primeira forma que a gente tem que ver de uma pessoa que tem principalmente, deficiência auditiva, é a limitação dela, né. Não adianta, eu falar outra linguagem pra ela, se eu sei que, ela não vai me entender, tem que procurar fazer, trabalhar, aquela linguagem que eu sei que ela entenda, né. Por que, a gente tem um limite da gente, então a gente, na medida que, a gente vê, que tratam de uma forma diferente, a gente fica até um pouco ressentida, entendeu? Porque aquela pessoa tem conhecimento, da deficiência da gente e trata a gente de outra forma, sabendo que aquilo é o limite da gente, né (Bia, 05-08-2024).

Então, a professora compreende as dificuldades que enfrenta no que se refere à comunicação e linguagem, pois o modo como ela se expressa nas citações expostas neste estudo denotam isso, assim ela entende os desafios enfrentados também pelo seu aluno surdo. Diante disso, afirma que para conseguir se comunicar com ele, a LIBRAS não é algo que tenha tentado aprender ainda, e que não foi ensinado para o aluno, também, mas a professora, mesmo sem ter uma formação adequada no que se trata da Educação Inclusiva, busca usar a gesticulação, imagens e descobrir o significado dos gestos que o aluno surdo faz. Portanto, estas são as maneiras mais próximas de métodos inclusivos que encontrou para trabalhar com o aluno surdo, o que se conecta mais uma vez com o merecimento de uma busca por uma formação continuada na área da Educação Inclusiva.

5.2. A prática da professora deficiente auditiva acerca da inclusão do aluno surdo na sala de aula

Quando se investiga o caráter inclusivo do que se refere à categoria da prática da docente PcD para com a educação escolar do aluno surdo, se faz relevante compreender como as aulas são idealizadas, se há adaptação necessária a realidade dos educandos e as intencionalidades. No entanto, a docente afirma que o planejamento das aulas é produzido, apenas, por ela e que a outra professora da turma a auxilia em outros quesitos mais simples, pelo fato de ter uma idade mais avançada. Isso foi algo perceptível no momento da observação das aulas, pois:

A professora Ana não interage tanto no processo de ensino quanto Bia tem feito, visto que no primeiro dia de aula observada a professora Bia comunica-se com a criança surda por meio de gestos e oraliza para os demais as informações para a realização da atividade no ambiente da sala de aula com materiais de pintura e colagem, realiza brincadeiras livres e individuais e brincadeiras coletivas para o desenvolvimento da coordenação motora e raciocínio lógico, enquanto a professora Ana fica atrás do birô apenas registrando a aula e colocando o nome das crianças nas folhas da atividade do dia para que essas cubram. (Diário de Campo, 16/02/2024).

Isso é reafirmado no relato da docente quando afirma:

Bom, assim. O planejamento das aulas é praticamente só da minha parte, né. Devido à idade dela, devido à comorbidades que ela tem, né. Ela só me ajuda a observar eles, um cuidado muito pouco também, devido a idade dela, ela ajuda mais nas atividades, colocando os nomes nas atividades, alguma explicação, mas o planejamento da aula é mais por minha conta, mais da minha parte. (Bia, 05-08-2024).

Portanto, não existe necessidade de buscar por uma formação adequada e colaborativa se a docência não age de acordo com esse propósito e sem a intenção de causar uma transformação forma organizacional da profissão (Nóvoa, 2012). Diante do que o autor supracitado sugere, a docência está para além do cumprimento de mais um dia de trabalho, mas justamente por pela desvalorização docente há altas cargas no exercício profissional, assim os professores não conseguem buscar por melhorias em suas práticas docentes, devido, também, a falta de dialogo sobre a relevância dessa temática inclusiva, altas demandas nas funções do professor, etc. O docente, deve considerar, também, que seu fazer profissional, perpassa a o ato de educar para prover a riqueza do conhecimento, para o desenvolver de

capacidades que todos sem exceção possuem e que a colaboração dos profissionais e da comunidade acadêmica pode resultar em um ensino-aprendizagem qualificador, em que a inclusão está para além do acesso de todos e sim da permanência dos que ainda são excluídos do processo educacional. Portanto, “a competência coletiva é mais do que o somatório das competências individuais” (Nóvoa, 2012, p.17).

Analisando o contexto de um fazer pedagógico do trabalho colaborativo, que ocorre entre as professoras foi imprescindível pensar sobre os critérios que a professora Bia, mesmo que sozinha, utiliza para planejar as aulas. Nesse sentido, se recorre ao seguinte relato:

Eu sou efetiva. É, em Bonito de Santa fé e sou efetiva no município de Santa Inês, também. Eu planejo em casa mesmo as minhas aulas. Planejo a partir da observação que eu faço da aula anterior, do dia anterior, é, a parte do rendimento que ele teve no dia anterior, da parte do rendimento que ele tem até o momento, aí é que eu planejo as minhas aulas(Bia, 05-08-2024).

Esses relatos da docente Bia mostram, que a carga horária de trabalho que esta tem é cansativa e com pouco tempo disponível para buscar mais formações continuadas e aulas adaptadas para alunos PcD, bem como a desvalorização do trabalho docente é um fator que interfere em uma prática mais significativa.

Entende-se que essa professora percebe os desafios vivenciados pelo aluno surdo, mas após a verificação da relação entre docente deficiente auditiva e discente surdo nesse processo de inclusão. Foram notáveis, também, que nos primeiros momentos do processo educacional a comunicação e a interação eram os maiores desafios. Outrossim, as professoras não têm formação específica na área da Educação Inclusiva para ministrar aulas para pessoas com deficiência auditiva ou para surdos, mas é devido não possuírem preparação para o uso da LIBRAS ou quaisquer outros métodos inclusivos, significativo, que ocorra uma aprendizagem de qualidade assim como ocorre para as crianças ouvintes inseridas naquele contexto educacional, e assim a gesticulação é o meio de comunicação encontrado pelas professoras, alunos e o discente surdo, para vencer esses desafios no ensino-aprendizagem.

No segundo dia de observação, às 7:10h. da manhã o aluno Bruno chega a Creche portando o aparelho auditivo e a professora Bia inicia a aula com a música “Se você está contente”, enquanto o aluno surdo gesticulava com as mãos direcionadas ao ouvido para manifestar que não estava escutando, mas sorria por ver todos os colegas de turma balançando as mãos; às 7:20h. a atividade do dia era sobre o numeral 2 e a professora Bia explica de forma oralizada para toda a turma [...] às 7:50h. da manhã os alunos retornam para a sala após saborearem o café da manhã e a atividade em seguida é de pintura e o aluno surdo não demonstra interesse em pintar assim como os

demais alunos, talvez por não ter entendido os gestos feitos pela professora e detém-se em apenas observar os colegas (Diário de campo, 23-02-2024).

Essa dificuldade observada durante as aulas é reafirmada quando a docente durante a entrevista diz “[...] eu sou licenciada em Pedagogia, especialista, em Educação Infantil, especialista em coordenação e supervisão pedagógica” (Bia, 05-08-2024). Ou seja, há realmente, a ausência de uma formação específica para atender as necessidades do aluno surdo ou de quaisquer outros que sejam PcD. O que nos faz voltar para o tópico 3.1 desta monografia, no que se refere à formação de professores responsáveis que consideram a realidade educacional e social, e o que defende Nòvoa (2012):

Defendo, sim, que as nossas propostas teóricas só fazem sentido se forem construídas dentro da profissão, se contemplarem a necessidade de um professor actuante no espaço da sala de aula, se forem apropriadas a partir de uma reflexão dos professores sobre o seu próprio trabalho (Nòvoa, 2012, p.15).

A parte mais complexa para a criança surda é justamente o momento da explicação das aulas, pois diferentemente do que se idealiza a Educação Infantil não trabalha apenas a realização de brincadeiras, mas há de fato uma contextualização de assuntos relacionados ao âmbito social, a cidadania, a cultura, etc., mas para o entendimento dessas questões para o surdo sem o conhecimento da LIBRAS, bem como a ausência de um intérprete desta linguagem, se torna um momento de difícil compreensão.

O aluno Bruno chega à creche às 7:24h. da manhã, acompanhado de sua mãe e dessa vez sem o aparelho auditivo, a professora Bia direciona-se a ele articulando sua fala assim como faz com os alunos ouvintes, após o acolhimento presente na rotina das crianças há a realização da atividade e esse já passa a fazer a atividade visto que está mais próximo dos colegas e os observa e tenta imitá-los (Diário de campo, 12-04-2024).

Diante dessas dificuldades apresentadas, o discente realiza as atividades propostas da maneira que consegue ver e perceber que os colegas de turma também fazem, por meio da imitação dos gestos. Frente a isso, é de grande relevância que todos os professores tenham o conhecimento de LIBRAS para que haja comunicação, equidade e inclusão com alunos deficientes auditivos ou surdos.

As investigações quanto às atividades propostas, metodologias de ensino e planejamento docente, sucederam-se ocorrendo de forma simples e lúdica com o uso da lousa, atividades impressas, realização de pinturas, exposição de histórias infantis na TV, jogos e

brincadeiras. A orientação para a realização das aulas ocorre de modo igual para todos, assim como para a criança surda, pois a explicação é totalmente oralizada e a criança por ser surda nem sempre compreende, mas associa as ações dos colegas de classe a algo que deve realizar, também. Em colaboração com esses dados, no período da observação das aulas, foi possível observar que:

O aluno surdo fazia gestos e expressões faciais de dúvida para demonstrar que não entendia ou não sabia o que estava sendo dialogado em sala, repete as ações dos colegas durante a execução das tarefas, nos momentos de brincadeiras, nos momentos de interação durante o recreio, na formação das filas e até no momento das refeições (Diário de campo, 19-07-2023).

Assim, na tentativa de comunicação quando a professora percebia a falta de entendimento desse discente, a explicação ocorria por meio da gesticulação.

Eu faço mais gestos. Porque eu não sei LIBRAS, né. Então, eu comunico com ele através de gestos, tento descobrir, né, o significado da gesticulação dele, o que é a informação que ele quer me passar. E a gente vai se conhecendo, né. Ele vai conhecendo a mim, a minha forma e eu, vou conhecendo a dele, a forma de comunicação. Determinado tempo, a gente vai, né, formando a nossa comunicação, a gente vai se comunicando, mas a partir de conhecimentos que a gente teve com o outro, pela descoberta. Porque a criança principalmente, é, ela não tem linguagem dos sinais, ela não sabe a linguagem dos sinais, eu também não sei, então, a principal entre a gente será gestos, será leitura labial, será o gesto, né, é a principal linguagem, a principal comunicação da gente vai ser essa. Vou mostrar imagens pra ele, mostrar é através de imagens, gestos, é esse tipo de comunicação (Bia, 05-08-2024).

Nesse contexto, é perceptível a escassez de uma preparação docente mais completa e intencional no que se refere ao ensino de LIBRAS, que foi uma cadeira implementada recentemente nos cursos de licenciatura, assim como, uma formação continuada de forma mais específica e adequada para incluir os alunos considerando a realidade em que estão inseridos e suas especificidades. Além, do mais, existe a falta de um profissional, intérprete de LIBRAS, nas escolas para o acompanhamento/aperfeiçoamento do trabalho docente desde a educação infantil, o que é imprescindível.

No que se refere à categoria da avaliação do desenvolvimento, a professora Bia diz que:

A comunicação com os coleguinhas, já sabe me pedir, é, que quer ir ao banheiro, ele já sabe fazer, é, transmitir, né, o que ele quer dizer, a

necessidade dele, o que ele quer, ele sabe através de gestos, se quer algum alimento, também, ele já sabe passar pra mim que alimento ele quer. Então, eu acho que ele já desenvolveu bastante, nesse quesito da interação, nesse quesito da comunicação. Ele também já está tendo uma coordenação motora melhor, né, se deixar ele a vontade, não, porque ele é um pouco levado, né, ele não vai fazer, mas se a gente pegar ele, individual, na mesa, ele já desenvolve uma coordenação, já conhece, já sabe assimilar, é, a letra e o nome dele, e ele já conhece bem, aonde está o nome dele, então ele já desenvolveu bastante, já, né? É, assim, a oralidade é difícil porque, ele não fala, não desenvolveu bem a oralidade, porque eu acho que ele tem problema realmente na fala, não sei se ele é, pode ser mudo, não sei, se é porque ele apenas ainda não escuta, né. Mas, eu acho que nesse quesito da interação, da comunicação, eu acho que ele já desenvolveu bastante (Bia, 05-08-2024).

Assim, fica evidente que a docente, não compreende bem a diferença entre mudo e surdo. Não compreende que há pessoas mudas que são ouvintes, pois não há relação da fala com a surdez, já os surdos são pessoas que interagem com a sociedade por meio da visão e da LIBRAS, mas isso se deve ao fato de, que o entendimento acerca dessas distinções conceituais, são de estudos mais recentes e que essa ainda não teve a oportunidade de estudá-los. Portanto, a professora deixa evidente essa ausência de entendimento no relato que segue:

Então, eu acho que ele já desenvolveu bastante, nesse quesito da interação, nesse quesito da comunicação. Ele também já está tendo uma coordenação motora melhor, né, se deixar ele a vontade, não, porque ele é um pouco levado, né, ele não vai fazer, mas se a gente pegar ele, individual, na mesa, ele já desenvolve uma coordenação, já conhece, já sabe assimilar, é, a letra e o nome dele, e ele já conhece bem, aonde está o nome dele, então ele já desenvolveu bastante, já, né? É, assim, a oralidade é difícil porque, ele não fala, não desenvolveu bem a oralidade, porque eu acho que ele tem problema realmente na fala, não sei se ele é, pode ser mudo, não sei, se é porque ele apenas ainda não escuta, né. Mas, eu acho que nesse quesito da interação, da comunicação, eu acho que ele já desenvolveu bastante (Bia, 05-08-2024).

Assim, fica evidente, a importância do AEE, de profissionais qualificados/especializados, desde a Educação Infantil, para que haja a permanência dos alunos nos ambientes educacionais e não somente o acesso, pois a relação da sala de AEE com a sala de ensino comum é relevante também para a avaliação do desenvolvimento dessa criança, pois a docente avalia como faz com os demais, em quesitos observados de forma processual e o AEE avaliaria de forma complementar.

Nesse sentido, é relevante destacar, que o processo de planejamento por parte do professor da sala de ensino regular com o professor da sala de AEE, ocorra na perspectiva de auxílio na idealização de materiais referente aos conteúdos do período letivo em que o aluno com surdez está inserido e que os recursos didáticos para o uso do AEE, seja respeitoso e que

considere as limitações e dificuldades visualizadas pelo aluno, e respeitar os estágios do desenvolvimento em que o discente está.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva é uma temática recente na historicidade do Brasil e de forma mais específica, no que concerne ao âmbito educacional brasileiro, com o processo de exclusão de PcD que ainda ocorre com a escassez de acessibilidade, formação adequada, métodos e práticas pedagógicas inclusivas, legislações educacionais que estão sendo atualizadas ainda no que se refere a nomenclatura, os direitos e deveres de PcD, e que ainda assim proporcionam a existência de políticas públicas que atendam ao mínimo do que se é necessário para a permanência e a inclusão de PcD nos ambientes educacionais do Brasil. Frente a isso, essa temática configura-se como uma área imprescindível para a educação que surgiu devido ao questionamento de como se procede a prática docente inclusiva na Educação Infantil por meio de métodos provenientes de momentos registrados durante a fase de observação e de uma entrevista estruturada com uma docente deficiente auditiva. Os relatos iniciais de um colega de turma no nível superior de ensino resultaram em uma inquietação referente à problemática dos desafios docentes. Diante disso, para a realização desta monografia foi imprescindível como **objetivo geral** de analisar como se dá a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB e com os objetivos específicos de investigar se as atividades propostas pela docente de uma instituição educacional de ensino infantil têm um caráter intencional inclusivo; identificar a percepção da professora sobre a inclusão de crianças surdas de uma instituição educacional de ensino infantil e verificar como ocorre a interação da criança surda de uma instituição educacional de ensino infantil.

Nesse sentido, o **objetivo geral** deste trabalho monográfico efetivou-se, visto que foi possível analisar que a prática docente da professora deficiente auditiva ocorre de forma integrativa, no que se refere aos métodos, ao planejamento e ao ensino em sua totalidade, pois há pouca qualificação docente acerca da inclusão, que seria de grande relevância no fazer pedagógico das professoras que ministram aula para o discente surdo, visto que as aulas teriam a presença de recursos didáticos com a intencionalidade de manter a inclusão de todos os alunos, assim como, uma comunicação mais eficiente, findando para um ensino-aprendizagem significativo. Em seguida, o **primeiro objetivo específico** também foi cumprido e os resultados dizem respeito a atividades de caráter pouco inclusivos, com aulas,

conteúdos, e atividades propostas que consideram minimamente as especificidades da criança surda e que a sala de AEE poderia ter uma maior relação com a sala de ensino comum, para dar suporte ao ensino-aprendizagem das crianças PcDs. Frente a isso, é perceptível que a docente não tem formação especializada ou adequada para ministrar aulas que considerem as peculiaridades da criança surda ainda, mas devido passar por essa experiência, pode reconhecer ainda mais a necessidade de uma qualificação na área da inclusão.

Em seguida, **o segundo objetivo específico** do TCC foi concretizado de modo, que a percepção e os conhecimentos da docente deficiente auditiva são mínimos, teóricos e pouco aplicados em suas aulas no que se refere aos conceitos de inclusão, integração, LIBRAS, distinção entre pessoas surdas e mudas e o discernimento de temáticas envolvendo a Educação Inclusiva. **O terceiro objetivo específico** foi cumprido, gerando o entendimento de que há uma limitação grande na comunicação tanto das docentes para com a criança surda, como dele para com seus colegas e vice-versa. A comunicação é difícil, pela falta de conhecimento das professoras e em específico da professora deficiente auditiva, que é o sujeito principal desta pesquisa, em articular a língua portuguesa com a LIBRAS, pois essa e o aluno surdo também não têm contato com a LIBRAS. Assim, torna-se difícil explicá-lo sobre as atividades pedagógicas a serem realizadas e essa mesma dificuldade é encontrada pelas outras crianças da turma.

Logo, foi possível obter resultados que demonstram que a Educação Inclusiva é uma área educacional que precisa ser considerada e respeitada de forma mais efetiva no âmbito sócio-educacional, com legislações atualizadas e que possibilitem um maior espaço para a implementação de direitos e deveres necessários ao cumprimento do acesso e permanência de PcD nos ambientes educacionais e na sociedade, assim como compreender que é importante que a docência seja constituída de uma formação adequada para entender que a inclusão está para além de integrar pessoas com deficiências, mas que democratiza a educação para todos.

Conclui-se que a problemática que surge em torno de dificuldades relatadas por um colega surdo no nível superior de ensino resultou em um questionamento assertivo em produzir um estudo de grande relevância para analisar como está o fazer pedagógico inclusivo em uma escola pública no contexto da educação infantil. Assim, a problemática é justamente como está ocorrendo à prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB? E a resposta para essa indagação constitui-se de uma educação integrativa, com dificuldades de efetivar a comunicação necessária e com desconexão da sala de ensino regular com a o Atendimento Educacional Especializado. Os instrumentos de coleta de dados, empregados na pesquisa, ou

seja, a observação e entrevista possibilitaram, que a análise decorresse de forma qualitativa para perceber as nuances dessa prática docente em perspectivas teóricas e práticas. Sendo assim, a presente pesquisa possibilitou a compreensão de aspectos que precisam ter notoriedade maior no que se refere à inclusão na educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro). São Paulo, Brasil: Edições, v. 70, 2016.
- BOMFIM, Eliel Santos; SOUZA, Verônica dos Reis M. Um Olhar Diferenciado Para a Educação Inclusiva: Uma Experiência Pedagógica, IV **Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, ISSN 1982-3657, Sergipe. p. 1-15, 2010
- BRANDENBURG, LaudeErandi; LÜKMEIER, Cristina. A história da inclusão x exclusão social na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do Congresso Estadual de Teologia**. 2013. p. 175-186.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.
- BRITO, M. D. O.; CAMPOS, A. J. B.; FREIRE, K. M. de A.; FERNANDES, M. A. C. Inclusão de um aluno surdo em uma turma de educação infantil na rede municipal de Parnaíba-PI. **Revista Psicologia & Saberes**, [S. l.], v. 8, n. 10, p. 4–15, 2019. DOI: 10.3333/ps.v8i10.892. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/892>. Acesso em: 26 ago. 2024.
- MENDONÇA, Aline de Aquino Miranda et al. A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NA REDE REGULAR DE ENSINO E A CONTRIBUIÇÃO DO AEE PARA ASSEGURAR ESSA PROPOSTA. **Revista Extensão**, v. 7, n. 1, p. 79-88, 2023.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**, Lisboa, Vol. XVI, nº 1, 2008, p. 5 – 20, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5299>. Acesso em: 17 jul 2024.
- Gil, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/ Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002
- GLADCHEFF, Ana Paula. Entrevista estruturada: uma eficiente técnica de aquisição de conhecimento explícito. **Pensamento & Realidade**, v. 13, 2003.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cadernos cedes**, v. 26, p. 163-184, 2006.
- Mantoan. Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar** : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna , 2003.

NÓVOA, António. Devolver a formação de professores aos professores. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, 2012.

OLIVEIRA, M. **Inclusão de surdos na educação infantil**: algumas reflexões. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB, p. 48, 2013.

SCHWANCK, T. **Inclusão e surdez na educação infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, p.35, 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020. Disponível em:

<<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 19 abr 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

Entrevistas

BIA, Professora do Pré – I “A”, **instituição educacional de ensino infantil**, Bonito de Santa Fé - PB 05 de agosto de 2024. [Entrevista concedida a] Vanessa Vitoria Alves da Silva.

Fonte documental

DIÁRIO DE CAMPO, Memórias narradas da observação não participante na sala (Bia, professora do Pré – I “A”), Bonito de Santa Fé – PB 16 de fevereiro de 2024 à 19 de julho de 2024.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você menor está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **A Prática Docente de uma Professora Deficiente Auditiva com um Aluno Surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé - PB** realizado por **Vanessa Vitoria Alves da Silva** e coordenado pela professora Dr^a. **Débia Suênia da Silva Sousa** e realizado pela vinculado a **Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **analisar como se dá a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé - PB**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Assinar Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), responder a uma pesquisa semiestruturada com alguns questionamentos sobre a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo da Educação Infantil.

Sendo um estudo que apresenta riscos mínimos como, cansaço ou aborrecimento ao responder as questões, estresse e/ou medo de não saber responder. Buscando minimizar esses riscos, será assegurado a confidencialidade e privacidade do sujeito da pesquisa, garantir liberdade de resposta ou desistência se assim o julgar melhor, firmar compromisso de respeito mediante aos valores culturais, sociais, religiosos, morais e éticos. Os benefícios da pesquisa serão: ganho de mais conhecimento para as áreas de educação inclusiva e educação infantil.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados

será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Pedimos sua autorização para publicação das informações prestadas para fins deste Trabalho de Conclusão de Curso bem como em outros espaços de publicações acadêmicas.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Débia Suenia da Silva Sousa** cujos dados para contato estão especificados abaixo

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Débia Suênia da Silva Sousa

Instituição: Universidade de Campina Grande

Endereço Pessoal: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, Populares.

Telefone: 83 99616-0315

E-mail: debia.suenia@professor.edu.br

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras/PB, ____ de _____ de 2024

Voluntário ou responsável legal

Prof.^a Dr.^a Débia Suenia da Silva Sousa

Responsável pelo estudo

Apêndice 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo **A Prática Docente de Uma Professora Deficiente Auditiva com um Aluno Surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito De Santa Fé – PB** realizado por **Vanessa Vitoria Alves da Silva** e coordenado pela professora Dr^a. **Débia Suênia da Silva Sousa** e realizado pela vinculado a **Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **analisar como se dá a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo de uma instituição educacional de ensino infantil em Bonito de Santa Fé – PB**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: Assinar Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), responder a uma pesquisa semiestruturada com alguns questionamentos sobre a prática docente de uma professora deficiente auditiva com um aluno surdo da educação infantil.

Sendo um estudo que apresenta riscos mínimos como, cansaço ou aborrecimento ao responder as questões, estresse e/ou medo de não saber responder. Buscando minimizar esses riscos, será assegurado a confidencialidade e privacidade do sujeito da pesquisa, garantir liberdade de resposta ou desistência se assim o julgar melhor, firmar compromisso de respeito mediante aos valores culturais, sociais, religiosos, morais e éticos. Os benefícios da pesquisa serão: ganho de mais conhecimento para as áreas de educação inclusiva e Educação Infantil.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados

será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário. Pedimos sua autorização para publicação das informações prestadas para fins deste Trabalho de Conclusão de Curso bem como em outros espaços de publicações acadêmicas.

Esta pesquisa atende às exigências das Resoluções 466/2012, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Débia Suênia da Silva** cujos dados para contato estão especificados abaixo

Dados para contato com o responsável pela pesquisa

Nome: Débia Suênia da Silva Sousa

Instituição: Universidade de Campina Grande

Endereço Pessoal: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, Populares.

Telefone: 83 99616-0315

E-mail: debia.suenia@professor.edu.br

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras/PB, ____ de _____ de 2024

voluntário ou responsável legal

Prof^ª. Dr^ª. Débia Suenia da Silva Sousa
**responsável
pelo estudo**

Apêndice 3 – Roteiro de entrevista

Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB

**ROTEIRO****PERFIL DA PROFESSORA:**

Nome: _____

Idade: _____

Cidade de origem: _____

Cidade que reside: _____

Profissão: _____

() Efetiva () contratada

Estado civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado(a)

Filhos: () Sim () Não.

Quantos: _____

Raça: () Preta () Parda () Branco () Indígena () Amarelo

Possui deficiência: () Física () Auditiva () Intelectual () Visual () Múltipla

ENTREVISTA:

1. Qual a sua formação?
2. Quanto tempo de atuação como docente?
3. Por que escolheu atuar na docência?
4. Conte sobre sua deficiência e se há questões genéticas/familiares de pessoas deficientes na sua vida?
5. Descreva seu entendimento sobre integração e inclusão?
6. Quais os métodos inclusivos você pratica durante as aulas que ministra?
7. Como você se comunica com seu aluno surdo?
8. Como avalia o desenvolvimento do seu aluno surdo durante o ano letivo?
9. Detalhe como planeja suas aulas com sua colega.